

CRISE NO ALGARVE

Pandemia Empresários algarvios lutam para sobreviver até à retoma da economia. Câmara de Albufeira sofreu impacto de €17 milhões nas finanças. “A quem é que ia vender sandes em take-away em Castro Marim?”

Quatro casos de um Algarve que desespera

Textos **JOÃO MIRA GODINHO**
Fotos **FILIPE FARINHA**

“**I**sto faz mal ao sistema nervoso. O stresse... Deito-me a pensar no dia de amanhã, nas dívidas. Acordo às cinco, seis da manhã e tenho de sair. Não me sinto bem em casa. Se fico, irrito-me com o

filho, com a mulher. Ando pela terra. Faço seis, oito, 10 km a pé.” Fernando Carmo, 55 anos, desabafa sentado na esplanada do café Atlantis, no centro de Castro Marim, rodeado pelas tiras de segurança, que indicam que é proibido utilizar as cadeiras. Fernando fechou as portas do café a 17 de janeiro. “O que é que eu ia vender em take-away? Sandes? Quem é que me ia encomendar sandes em take-away em Castro Marim?”, pergunta. O Atlantis era local para se assistir a jogos de futebol. Sem essa possibilidade, e depois de já ter investido na esplanada, há um ano, Fernando achou que não valia a pena. Ele e a mulher, que também trabalhava no café, decidiram esperar pelo fim deste segundo confinamento em casa. O que, para Fernando, tem sido difícil. “O senhorio perdoa a renda do café enquanto estiver fechado, mas há a luz, a TV cabo, já tenho mais de mil euros em dívidas. Vou ter de fazer planos de pagamento. Março é o limite. No fim de março isto tem de abrir. Se não, não sei como vai ser.”

Castro Marim, pequeno concelho no Sotavento Algarvio, é um exemplo de como a pandemia está a afetar a economia da região mais a sul de Portugal. Negócios familiares e empresas de pequena e média dimensão estão a ser levados ao limite, com reflexo no desemprego. No Algarve aumentou 61,3% entre janeiro de 2020 e o mesmo mês deste ano (de 20.815 para 33.571), segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Em Castro Marim a subida foi de 99,4%. “Isto está a afetar, sobretudo, a classe média, pessoas que tinham os seus empregos, os seus rendimentos certos”, explica Francisco Amaral, presidente da câmara. “Notamos um aumento no número de pessoas a quem entregamos sacos com comida, mas também notamos que ainda há alguma vergonha em pedir ajuda”, acrescenta. Grande parte dos moradores do concelho em idade ativa trabalhava, seja em Castro Marim, seja no vizinho município de Vila Real de Santo António, na hotelaria e na restauração, e há poucos sectores mais prejudicados do que estes pela pandemia.

“Normalmente, no verão, temos 115, 120 funcionários. Na época baixa, 80 ou 81. Atualmente temos 51. Todos em lay-off”, resume Carlos Coelho, 39 anos. A empresa da família, de que é gerente, tem dois restaurantes e dois bares na zona da Praia Verde. O Infante, o primeiro restaurante que criaram, junto à EN 125, foi o último a fechar portas, a 15 de janeiro. E se durante o primeiro confinamento mantiveram todos os trabalhadores, depois de um

verão que apenas “serviu para pagar despesas”, agora “era impossível, não havia possibilidades”.

Na última década e meia, tinham investido na expansão do negócio — com a abertura do segundo restaurante, o Infante Panorâmico, e os dois bares, tudo junto à Praia Verde. O ano de 2020 “era o da consolidação”. Até chegar a pandemia. Com créditos bancários a beneficiar das moratórias — que pede que “sejam prolongadas” — e ainda à espera da resposta aos apoios a que se candidatou, Carlos Coelho diz que a empresa aguenta este cenário “mais dois ou três meses”.

“Só nos aguentamos porque temos um acionista comprometido que tem feito entradas de capital. No total, já foram cerca de €450 mil”, reconhece Ricardo Cipriano, 41 anos, administrador do Castro Marim Golf & Country Club. Habitualmente com 92 funcionários (mais 15 ou 20 no verão), o empreendimento mantém 82 — sendo que, destes, 16 estão em lay-off e 17 no programa de apoio à retoma do IEFP. Os que con-

tinuam a trabalhar estão nos serviços administrativos, segurança, manutenção do campo de golfe e assistência aos proprietários de moradias, a viver nas casas. Está ainda alojado um grupo de jovens golfistas britânicos de alta competição. Mas a maioria das habitações está desocupada e o campo de golfe sem jogadores. As receitas não cobrem as despesas. “Só estamos a funcionar porque o acionista está a ‘bancar’”, reforça Ricardo Cipriano.

A estratégia passa agora por olhar para o futuro. Com precaução. “Estamos a trabalhar, a Região de Turismo do Algarve está a trabalhar na promoção do destino. Mas não nos podemos esquecer de que o verão passado foi salvo pelo turista nacional. É importante estabelecer essa ligação. Depois, é tudo um bocadinho no ar. Números como os que tivemos em 2019 não voltamos a ter antes de 2022 ou 2023”, espera o administrador do empreendimento.

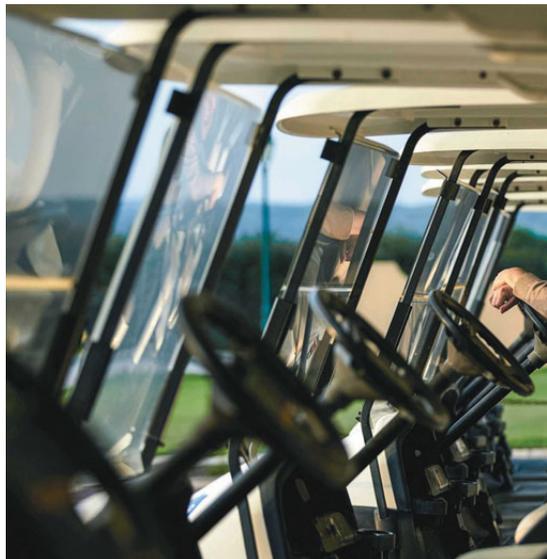
Sentado no táxi estacionado na praça da Baixa de Albufeira, junto à Praia dos Pescadores, Jorge Martins, 47 anos, espera por clientes. É o único carro no local. “Ainda só estou aqui há uma hora, costumam ser três ou quatro”, comenta. Um supermercado. Uma papelaria. Uma farmácia. Pouco mais está aberto numa zona onde existem inúmeros restaurantes, bares e lojas de recordações e que nesta altura do ano já costuma ser percorrida por muitos turistas.

Neste início de março de 2021 poucos atravessam as ruas. “Sou aqui taxista desde 1998 e nunca tinha visto nada assim”, continua Jorge Martins. “Existem uns 100 carros [táxis] em Albufeira, só estão a trabalhar uns 60, e só há serviço para 10”. Para ajudar os taxistas, a câmara estabeleceu um protocolo para que estes façam entregas de take-away ou de refeições para os utentes das instituições particulares de solidariedade social. Mas as perspectivas, para Jorge, não são boas. “Este ano, [o verão] ainda vai ser pior do que o ano passado. Isto está para durar.”

Se a pandemia afetou Castro Marim, em Albufeira, a autointitulada capital do turismo nacional, o impacto na economia é proporcional à diferença de dimensão dos dois concelhos. “Entre quebra de receitas, com taxas que estão suspensas, e a redução no imposto municipal de transmissões onerosas de imóveis, bem como o reforço da despesa com apoios sociais, a câmara já sofreu um impacto de €17 milhões nas finanças”, revela José Carlos Rôlo, presidente da autarquia. E se em janeiro de 2020 o município contava com cerca de 4250 desempregados, no primeiro mês deste ano ultrapassou os 6700, segundo dados do IEFP.

Ainda assim, o autarca, apesar de se assumir “preocupado”, tenta encontrar a luz ao fundo do túnel no verão que se aproxima. “Tudo depende do comportamento dos países de origem dos turistas, que, no caso de Albufeira, vêm principalmente do Reino Unido e de Espanha. Com a vacinação a avançar, as coisas começam a caminhar para o normal, e, se normal [o verão] não vai ser, acredito que já será bastante aceitável.”

sociedade@expresso.imprensa.pt



33.571

inscritos nos centros de emprego do Algarve no fim de janeiro — são mais 61,3% do que em 2020

6701

desempregados em Albufeira, o concelho com o valor mais elevado no Algarve, seguido por Portimão

26.103

inscritos nos centros de emprego do Algarve nos últimos 12 meses. 7468 estão há mais de um ano

14.605

desempregados entre os 35 e 54 anos. É o grupo etário mais atingido, seguido do escalão 25-34



Fernando Carmo na esplanada do seu café Atlantis, no centro de Castro Marim, que fechou a 17 de janeiro; Carlos Coelho, gerente, no restaurante panorâmico da Praia Verde — tem mais três espaços e todos os empregados em lay-off (em cima, à dir.); Ricardo Cipriano é administrador do Castro Marim Golf & Country Club, um empreendimento praticamente vazio (em cima); Jorge Martins (à dir.) espera por clientes, estacionado na praça de táxis da Baixa de Albufeira. Taxista desde 1998, nunca viu nada assim



“À beira de uma catástrofe sem precedentes”

Empresários da hotelaria pessimistas em relação à procura turística para este verão. Acusam Governo de ignorar sector e canalizar verbas da ‘bazuca’ para obras públicas

“É tudo treta!” Elidérico Viegas, presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA) desvaloriza desta forma as notícias recentes que deram conta de um aumento de 60% na procura de Portugal — e do Algarve, em particular — por parte de turistas estrangeiros, para passar férias. “As nossas previsões para este ano não são inferiores às do ano passado”, garante o líder da maior associação do sector na região sul. “O Algarve está à beira de uma catástrofe económica e social sem precedentes”, alerta, enquanto acusa o Governo de “ignorar a realidade da região e o impacto que [a pandemia] está a ter nas empresas de hotelaria”.

“No ano passado, mesmo no verão, cerca de 20% das unidades não chegaram a reabrir depois do primeiro confinamento”, explica o presidente da AHETA, “este ano, 80% estão encerradas e as que estão abertas não têm clientes”. Com a época alta a aproximar-se, Elidérico Viegas diz que, tal como em 2020, os hotéis e empreendimentos turísticos algarvios vão contar apenas com a procura interna, até porque o elevado número de infetados com covid-19 que Portugal registou no início deste ano colocou o país “de fora dos principais corredores aéreos, e sem transporte aéreo não há turistas”.

“Enquanto o problema sanitário não for resolvido, é impossível recuperar o turismo. É preciso vacinar em massa a nossa população e a dos outros países para se atingir a imunidade de grupo. E isso só é previsível para o final do ano. O mesmo com a criação do certificado de vacinação. É uma boa ideia, mas antes do final de 2021 não deve estar concretizada. Até lá... é preciso aguentar”, resume o presidente da AHETA.

Os alojamentos locais e as unidades hoteleiras de menor dimensão serão aqueles que maiores dificuldades terão para subsistir, e é previsível um aumento das insolvências, acredita. Já os hotéis das grandes cadeias, com menor ou maior dificuldade, vão continuar. É possível que “haja uma concentração, que surjam fusões e *take overs* entre os vários grupos”.

Por tudo isto, e perante mais um verão que promete ser novamente de poucas receitas, Elidérico Viegas reclama “apoios financeiros consistentes, a fundo perdido, para as empresas ligadas ao turismo”. Algo que não vê nas medidas até agora anunciadas pelo Governo no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). “Vai quase tudo para obras públicas. A ‘bazuca’ vai servir para investimentos públicos em infraestruturas que o Algarve não tem. Há uma aposta na recuperação da indústria e ignora-se o turismo. É uma visão retrógrada”, critica.

Além dos apoios a fundo perdido — que serviriam para reforçar a tesouraria das empresas e permitir uma retoma forte —, o responsável defende a extensão das moratórias, a criação de linhas de crédito

Primeiro salvar o verão e depois reconstruir a economia

“No imediato, o bom senso aconselha a que façamos tudo para salvar o verão. Se os turistas portugueses escolherem o Algarve na mesma dimensão de 2020, já será bom. É o objetivo mínimo.” Para José Apolinário, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), este é o primeiro passo para superar a crise. “E nós vamos superar a crise”, garante. Depois, defende, vem a reconstrução económica da região. Alicerçada na ‘bazuca’ do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas também no já anunciado reforço de €300 milhões em fundos europeus para o Programa Operacional Regional do Algarve (POR). No âmbito do PRR, estão previstos grandes investimentos e obras públicas, como a aplicação de €200 milhões na melhoria da eficiência hídrica da região (com aposta na dessalinização), a construção de uma ponte entre Alcoutim e a localidade espanhola de San Lúcar, do outro lado do rio Guadiana, e a criação da variante a Olhão da EN 125. “Os €300 milhões que reforçaram o POR vão permitir-nos o desenvolvimento da base económica”, explica José Apolinário. De fora do PRR, para já, estão projetos como o novo hospital central do Algarve ou a ligação do aeroporto à linha férrea. Foram algumas das sugestões que a CCDR apresentou ao Governo enquanto o documento esteve em consulta pública.

“que cheguem às empresas” e o “anunciado programa especial de apoio à revitalização da economia do Algarve, que o Governo promete e continua sem concretizar”.

Sem estas medidas, o presidente da AHETA acredita que o desemprego na região — onde se estima que 80% da economia dependam direta ou indiretamente do turismo — vai continuar a aumentar. “Os trabalhadores que estão em lay-off ou em formação, não havendo apoios, vão passar para o desemprego”.

Segundo os dados do IIEFP, dos 33.571 desempregados registados no Algarve em janeiro deste ano, 26.103 (78%) estão inscritos há menos de um ano. E, do total, mais de 15 mil são da área do alojamento, restauração e similares. Outros sectores com um elevado número de desempregados no Algarve, em janeiro, são o comércio por grosso e a retalho, com cerca de quatro mil inscritos nos centros do IIEFP, as atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (mais de três mil) e ainda as outras atividades de serviços (mais de quatro mil).